



A EDUCAÇÃO BRASILEIRA ATRAVÉS DA GENEALOGIA IDEOLÓGICA CONSTRUTIVISTA

BRAZILIAN EDUCATION THROUGH GENEALOGY IDEOLOGICAL CONSTRUCTIVIST

Fernando Alberto Pozetti Filho¹

RESUMO: Este artigo percorre um breve histórico das conjunturas elementares da dinâmica educacional sob os prismas institucional, discursivo, político e ideológico. Tomamos como modo de leitura os operadores extraídos do pensamento filosófico contemporâneo, cuja ordenação converge a modos sucessivos de imposições de significantes alienantes, de discursos fantasiados e de propagação do consumo como eficácia do projeto neoliberal de estilos de vida. Inclui-se aí o universo de orientação subjetiva propagado aos alunos. Assim, este texto almeja abarcar o novo patamar crítico tão necessário, mas ainda obtuso, perante um jogo complexo e instável em que o discurso, o saber e as diretrizes políticas podem ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de um Poder determinante à falência dos sistemas de ensino.

Palavras-chave: educação; política; ideologia; construtivismo.

ABSTRACT: The Brazilian's education through a constructivist ideological genealogy. This article covers a brief history of junctures from the institutional operations and ideological politics inside the educational theory. We extracted operators from contemporary

¹ Pontifícia Universidade Católica, PUC.

Revista Contemporânea: Revista Unitoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 02, n. 01, p. 62-73, out/dez. 2017.

philosophical thought whose ordination converge in successive ways of alienating, of imposing costumed speeches, of spreading the culture of consumption and the effectiveness of the neoliberal project on building lifestyles. The universe of subjective orientation offered to students lies on that scene, whose picture we describe as a complex and unstable game in which speeches can be, at the same time, instrument and effect of decisive power to the failure of educational systems.

Keywords: education; politics; ideology; constructivism.

1. PEDAGOGIA: UMA TENDÊNCIA AO CONSUMO CEGO?

A escola é, e sempre foi, constituída por espaços engendrados por máquinas capazes de constituir sujeitos conforme a demanda de um tipo de Poder. Compreendemos o termo Poder por meio da designação de diversas imposturas voltadas ao assujeitamento imposto aos estudantes, às instituições e aos profissionais do mundo educacional. A estes se voltam, indiscriminadamente, as vontades transmitidas por organizações que ostentam algum domínio econômico, social, político e discursivo/cultural.

É o sistema de aparelhamento das instituições educativas, incluindo seu conteúdo didático e ideológico, que promove práticas tais como a coerção física e psicológica e o estímulo ao gozo e ao consumo capitalista. Iniciar uma deflagração das leis e metodologias educacionais não nos remeterá estritamente aos processos de ensino e aprendizagem – ou a designação autoritária da faina do educador – mas ao âmbito amplo e fundamental das formas históricas de subjetivação. Ou seja: ao modo como se fabricam alunos no interior de certos aparatos pedagógicos, terapêuticos, discursivos, legalistas, psicopedagógicos e ideológicos.

Por meio do preciso conceito de *dispositivo*² referenciado por Michel Foucault, pode-se deflagrar a ação escolar ou promover seu diagnóstico pela eficaz mecanização e castração de seus alunos diante da exigência do Poder. Tal atuação é capaz de operar um controle constante e rígido por meio de formas de punição, jogos normalizadores, avaliações,

² “Chamarei de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes.” (AGAMBEN, 2009, p. 40)

segregações, relatórios psicológicos constrangedores, desorientações, estigmatização e de redução das potências personalíssimas. Nesse campo de difícil resistência, no qual impera a imposição de tipos subjetivos alienados, uma correta atuação educativa, por razões obscuras, não pôde se realizar. O Poder ao constituir seu domínio dentro dos muros das escolas, promove a ordenação de *significantes-mestres*³. Configura-se em tais significantes também a convicção fantasista da ação profissional docente em conduzir-se por ideologias intencionalmente difusas e muito pouco autoavaliadas. A prerrogativa da escola em manipular a condição estrutural e política, bem como o teor de seu conteúdo técnico, discursivo/ideológico, diz respeito à exigência e à demanda de diferentes vínculos exigidos por distintos interesses externos. Estes jamais sofreram rupturas desde que se instalaram – no seio da sociedade ocidental – as formas de produção capitalista e os correspondentes culturais de apreciação desta produção material de mercadorias abstratas. Interesses genéricos e abstratos são interesses pontuais do Poder, pois geram um tipo de desejo ontológico, de figura subjetiva domada pelas exigências respectivas de cada um dos desejos que se possui. Evidente que tal condição inóspita seria facilmente deflagrada pelo pensamento crítico, conseqüentemente anunciado às correntes teóricas educacionais. Porém, o Poder que atua na realidade ocidental contemporânea inseriu em seu percurso técnico e histórico não apenas ordens imperativas, mas fez também com que algumas delas fossem aceitas e defendidas por grande parte da sociedade; Provisões, para que mesmo os profissionais (pedagogos, coordenadores, professores, diretores) criassem um elo libidinoso às ideologias educacionais, assumindo-as como capacitação profissional ou como caracteres de crenças e realizações pessoais como átrio de sua própria fundação pessoal, seu engajamento e militância.

Ao avaliar o paradoxo entre a educação tradicional e o pensamento construtivista, nota-se que, no que concerne à “tradição”, a finalidade de se educar resta numa profunda crise. O ponto de referência paira sempre na memória nostálgica dos tempos de origem do mundo moderno: um paradigma ainda pautado nos microssistemas gerenciais positivistas, na sua obstinação burocrática, no desejo pela norma e moral segregadoras. Esse tradicionalismo é decorrente do passado de exploração da mão de obra, na gênese da modernidade: a

³ Diante a natureza ostensiva e genérica dos dispositivos, podemos compactá-los na forma mais arcaica e eficaz (a própria linguagem), capaz de, senão, conectar-se e adaptar-se ao Poder numa relação objetiva e de difícil reversão. Os *significantes-mestres* são dispositivos imperativos de grande alcance e influência social, política e individual.

acumulação de homens confinados, seus códigos de conduta e disciplina, sua classificação, hierarquização e normalização, tudo fora tão decisivo para o triunfo da Revolução Industrial e globalização, quanto para o sucesso dos regimes de acumulação neoliberal. Disto, a educação foi naturalmente racionalizando-se em certa organização cuja coesão está na aspiração da disciplina e da produtividade. Mesmo nos dias atuais, pouco se questiona a arbitrariedade dessa organização, ou o estatuto dos saberes que são os seus objetos de transmissão, bem como as posições conceituais não passíveis de reformulações.

Contribuindo nesta lógica segregativa que tanto se faz presente no cenário social brasileiro, observamos que, ao se constanger o aparelho corpóreo dos estudantes conservando a todos sob um controle restrito de competências orgânicas, impõe-se também um regime de conhecimento positivado técnico/científico que coíbe atuações mais elementares do conhecimento tido como político/filosófico. Atualmente, anexa-se a estes mecanismos de castração a oficialização de discursos de consumo como articulação de construção de um saber em prol da prerrogativa de exercício de certo poder aquisitivo. Tais aspirações consumistas muito precoces na formação dos jovens não são mais combatidas pela ideologia crítica. Estes elementos conjecturam, a partir dos anos 60, o campo em que se atua a denominada sociedade de controle espetáculo⁴. Ademais, o novo ambiente escolar se tornava o palco da propagação publicitária, em que estímulos imagéticos, opiniões excludentes e a capitalização da imagem e do corpo se inseriam nos modos, nas condutas e nos desejos dos estudantes. Com tais constatações, os movimentos de aspiração diante de ações libertárias – típicos de um pensamento construtivista autônomo e culturalmente coeso – foram, imperceptivelmente, sendo esquecidos e pisoteados.

A Pedagogia, como o campo extenso de tais práticas, possui, no limiar de sua estrutura, além da legitimidade ofertada à devastadora ação de um Poder como o atual, uma ferramenta sutil e determinante à sobrevida de tantas contradições. Ela conjectura em si mesma um objeto problemático e calculado minuciosamente: o objeto de fantasia ideológica de suas correntes ideológicas. A dimensão mais geral da educação, das Teorias e suas práticas (bem como do fundamento ideológico), enquanto produtora de elementos discursivos, narrativos, didáticos e políticos redundam em técnicas projetadas intencionalmente

⁴ Ver “A sociedade de Espetáculo” de Guy Debord.

Revista Contemporânea: Revista Uniletoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 02, n. 01, p. 62-73, out/dez. 2017.

na grande armadilha deflagradora do pacto social que, do interior dos muros das instituições de ensino, engendra passividade, bem como uma rede sintomática insalubre diante a oferta do capital multicultural. O resultado deste aprisionamento foi a progressiva perda de potência criativa e de transgressão de seus alunos, a falência dos sistemas e políticas públicas, a proliferação de formas de mal-estar, sofrimento, conflitos, violência, descaso e cinismo. O problema da educação passa, com esta abordagem, a sinalizar composições mais intrínsecas da própria viabilidade educativa como tal, ou seja, deixa transparecer que na estrutura elementar da práxis do educar, consumimos uma obrigação ontológica distorcida, ilusória e cooptada, promovida por uma desarticulação entre tempo, espaço e o conteúdo Ético. Enfim, trata-se de uma latente descontinuidade histórica no seio do quadro das tecnologias educacionais.

No mecanismo sistemático em que se organiza uma ação educativa, o ideológico é oferecido como componente patológico à subjetividade. O processo pedagógico, nesse caso, é capaz de corporificar relações de Poder entre professores e aprendizes, e também de internalizar alienações culturais entre aprendizes e mercado capitalista global. Além disso, estabelece o vínculo patológico entre o sublime objeto ideológico esquerdista e a sua obscura utilização dentro da práxis educativa neoliberal. São estes, na gênese e nas práticas pouco rígidas dos processos educacionais capazes de disseminarem-se no corpo social, capazes de constituir o universo controverso entre uma função profissional elevada e o seu referente profano, destoando os laços sociais de toda a população por gerações seguidas.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e a faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionada; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro. (JUNIOR; VEIGA-NETO; SOUZA FILHO, 2008, p. 83)

Há algo na sociedade que está a exigir a produção de verdades. É na orientação dos teores verídicos, das crenças, das opiniões e da ideologia que o Poder almeja divulgar e projetar sua incessante produção de dispositivos. As verdades corrompidas começam a ser organizadas pelas escolas, as quais nos obrigam a falar estas verdades, pois são elas que se confessam ao professor, ao psicólogo, a assistentes e coordenadores. São elas que, numa outra

interação, compõem o estatuto da moda, o cool e as paradas de sucesso. Somos constrangidos a descobrir incessantemente qual verdade faz parte do atual mundo e forçados dela desfrutar a qualquer custo. O Poder nunca cessa essas publicações imagéticas e sonoras, mas também nunca deixa de praticar a inquisição daqueles que a tentam recusar. Ele institucionaliza, profissionaliza e recompensa sua busca: alunos bem formados estão preparados justamente para assumir um tipo de Poder, e somente dele, concorrer lucrativamente desde que se deteriore algo ou alguém. O Poder atual é praticado, midiaticizado, anunciado, publicitado – diferente do passado recente em que era, por sua vez, possuído exclusivamente pela ordem, vigilância e autoridade – assim, ele circula através de toda força a ele própria relacionada, assumindo dialeticamente, tanto sua estrutura arcaica quanto contemporânea. Como um conjunto de mecanismos para a constituição disciplinar de sujeitos individualizados sobre condições institucionalizadas de “desigualdade legalizada.” (DUNKER, portal fórum, 2016)

2. CONSTRUTIVISMO E A LÓGICA GERAL DE SEU DISPOSITIVO

A Pedagogia se baseia em técnicas de Governo, e ambos estruturam-se, de um lado, em submissão institucional aderida diante de ordenações externas de controle e produção e, de outro, em fantasias ideológicas que percorrem as relações interpessoais no cotidiano institucional. Hoje, o processo de instrução ideológica busca a capacitação de se formalizar, no aluno e no professor, um pertencimento a certo "nós". Tal processo é mediado, não por suas singularidades no contexto cultural, mas por sua subjetividade unificada nos mercados específicos de propagação do consumo material, intelectual e afetivo. A bandeira que se defende no pensamento educacional construtivista é o enquadramento opositor às diretrizes outorgadas pelo domínio físico, jurídico, aquisitivo, e de propriedade. Esta visão convencional de combate ao Poder trazida pelas correntes de esquerda no início do século passado – inclusive dentro do discurso pedagógico – não se operacionalizaram suficientemente a ponto de combater as novas caracterizações assumidas por este mesmo Poder no mundo contemporâneo. À primeira vista, temos um déficit metodológico diante do exercício constante de sincronizar os momentos históricos e a necessária (re)produção crítica.

Após os anos setenta, com a queda das utopias e a desarticulação das vanguardas, a educação, que também havia sofrido das grandes alterações estruturais e se revolucionado em Revista Contemporânea: Revista Uniletoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 02, n. 01, p. 62-73, out/dez. 2017.

forma e conteúdo, perde sua promissora potência de instaurar modos de ensino e de produção libertária. Os tão almejados processos imediatistas, sensíveis, construtivos, universais, criacionistas e interacionistas caem diante do rigor dos métodos científicos/educativos emitidos pelas Nações dominadoras. Sinteticamente, isto se dá pela avidez do neoliberalismo (tais políticas universais têm necessidade de mão de obra muito eficiente, mas pouco reflexiva). Os profissionais da educação, contudo, persistiram em consumir os aparatos marcantes (porém, em desuso) das ações comunistas construtivistas voltadas à educação. Nestas estéticas de existência, de formas de vida, condicionadas ao teor global de signos protagonistas do multiculturalismo voraz, uma posição se destaca:

a tradição hegeliano-marxista concebe a ideologia como consciência falsa, determinada pela objetividade “reificada” do processo social alienado: seu modelo básico são as “formas objetivas de pensamento”, que se formaram contra o fundo do “fetichismo da mercadoria” na produção capitalista avançada, e do liberalismo burguês, que se desenvolve a partir dessas condições objetivas, juntamente, por exemplo com a explicação “racional” da liberdade do homem entre os ideólogos burgueses clássicos. (ZIZEK, 1992, p.18)

Nesta nova ordem mundial, o Poder não poderia ser um setor estritamente repressivo, pautado na ideia de severidade do operariado atuando em fábricas, ou na educação rígida e específica de um ensino tradicional. Agora, ele é observado na incitação, na indução, na sedução, nas proposições e comunicações (computadorizadas) sociais, nas diretrizes ideológicas e propagandas. O Poder requer outra forma de resistência, que as gerações anteriores não foram eficientes em estruturar.

Todo o cenário ditatorial militar que trabalhou para o aniquilamento das vertentes esquerdistas de política, cultura e educação jamais foi desfeito ou derrotado. A tão valiosa ascensão democrática é uma construção mal-intencionada e datada para um determinado fim. Ela é uma distorção e, simultaneamente, o aprimoramento das formas de dominação; não a elevação social civil, como é propagada, mas sim sua antítese: uma forma de Ditadura civil imperceptível. Esta mesma Ditadura que perverte os discursos internos às instituições, impõe discursos positivos e autênticos, incluindo o discurso ideológico. No interior de uma matriz de relação de Poder como a escola, compreendemos que a ciência pedagógica está ancorada num desvio argumentativo de sua própria designação. São algumas delas as peças fundamentais para se identificar como uma ideologia revolucionária e libertadora, tal qual o construtivismo

bolchevique, pôde ser amparada num ambiente de extrema rigidez e imposição das classes dominantes atuais. Esta reversibilidade dos discursos é historicamente comprovada na medida em que esses podem ser instrumentalizados em função de poderes e interesses específicos, e agora, passíveis de serem postos em análise e crítica. O teor central da ideologia construtivista reside em que os anseios de ascensão intelectual e cognitiva de cada aluno dependa da orientação carismática e popular de um grande ícone revolucionário ou de um movimento estético inovador e vanguardista. É esse referencial que aguardam os processos educativos configurados como tal: o emergir de um Líder ou o grupo revolucionário que, milagrosamente, restaure a Revolução e conduza os alunos a serem produtores de modos de vida e processos cognitivos desenvolvidos. Um campo estratégico é constituído e ofertado aos professores intencionalmente; tal campo os impõe determinado tipo de conhecimento para a condução ética e prática de certas políticas e comportamentos, incidindo via fetichização dos significantes revolucionários positivados na atuação técnico/profissional. Revelam-se característicos de uma Pedagogia de castração subjetiva, e que remete a uma gestão específica da vida mental estudantil. O construtivismo não é uma continuidade ou evolução da função educacional, mas continuidade e evolução dos mecanismos de sujeição dos educandos a processos castradores macro sociais.

Vislumbramos a ocultação da própria Pedagogia fora dos ambientes críticos como uma operação constitutiva, isto é, como produtora de pessoas. A crença arraigada de que as práticas educativas são meras “mediadoras” em que se dispõem os “recursos” para o “desenvolvimento” dos indivíduos, constitui-se mais de falácias do que de eficácias. Os alunos constroem seus “eus” e suas identidades na medida em que esses objetivos e classificações são adotados e aceitos por eles. A educação liberal pretende produzir “eus” que sejam mortalmente autônomos mas, de acordo com Foucault, noções desse tipo são “espúrias”. Trata-se, pois, de mostrar a lógica geral dos dispositivos pedagógicos que constroem e medeiam a relação do sujeito consigo mesmo, como se fosse uma gramática suscetível de múltiplas realizações, obstinações, alienações, etc.

As condições históricas que permeiam ideias de “autonomia”, “autoconsciência” “autodeterminação”, podem ser problematizadas e inseridas num contexto crítico no qual o projeto de educação liberal tem falhado, no último século. As tecnologias pedagógicas são, normalmente, espaços micropolíticos e expõem condições exteriores de castração. Se a revista Contemporanea: Revista Unileão: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 02, n. 01, p. 62-73, out/dez. 2017.

experiência de si é histórica e culturalmente contingente, é também algo que deve ser transmitido e ser apreendido. Toda cultura deve transmitir um certo repertório de modos de experiência de si e todo novo membro de uma cultura deve aprender a agir, pensar e falar em alguma modalidade incluídas nesse repertório. Uma cultura elementar da educação atual inclui os dispositivos para formação de seus membros como supostos sujeitos a caminho de um conhecimento otimizado e autônomo, porém, dificilmente observaremos indivíduos dotados cada qual de múltiplas singularidades. Em outras palavras, os sujeitos são construções voltadas a cada um, interessadas em adotar certas modalidades ontológicas e assim persuadir-nos quanto a quais determinadas “experiências de si” possamos nos instalar. Em qualquer caso, é como se a Educação, além de construir e transmitir uma experiência “objetiva” do mundo exterior, construísse e transmitisse também a experiência que as pessoas têm de si mesmas e dos outros, enquanto sujeitos.

3.A SUBLIMAÇÃO DO SIGNIFICANTE

Um movimento chamado de sublimação pela psicoterapia denuncia justamente a opção dos educadores em adotar as vertentes ideológicas tidas como construtivistas (objeto material e positivo), mas que figuram como substâncias de fantasias. Uma fantasia deste conjunto promove a constante adesão libidinal aos objetos ideológicos, independente de que se ocorra, ou não, uma transformação da consciência em formas conscientes mais aprimoradas. Os esquemas tradicionais de interpretação da ideologia se baseavam na noção de representação e de engano; quando determinada representação ideológica caía em desuso, a representação de seus aparatos era desarticulada, ao mesmo tempo em que uma nova caracterização ideológica ganhava campo. Ou seja: a consciência crítica marxista pertencia a uma inscrição temporal acumulativa e progressiva. Quando observamos que, além disso, há na dialética da ideologia uma adesão libidinal, tal qual nos aponta Slavoj Žižek, as instâncias do significante incorporam-se ao sujeito, elevando, em seu conjunto de crenças e de composição subjetiva, um tipo de gozo que é capaz de se realizar mesmo quando nenhum elemento do engajamento ou ativismo é completado ou satisfeito.

Se no ambiente clássico de uma ideologia de esquerda, as instâncias dos significantes revolucionários consistiam em realizar o sujeito, impedindo que ele se assujeitasse e, Revista Contemporânea: Revista Uniletoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 02, n. 01, p. 62-73, out/dez. 2017.

simultaneamente, instruindo-o ao novo mundo que nasceria, paradoxalmente, a ideologia atual recai sobre o “fato de que, em última análise, a “eficácia” de uma ideologia não se deve à significação “positiva” de suas proposições, mas, antes, ao resultado que consiste em assujeitar o sujeito a um traumático significante-sem-significado, ao ‘significante-mestre.’” (ZIZEK, 2005 p. 23)

O projeto ideológico construtivista e suas composições instrumentais não são apenas aspirações didáticas. Originalmente, são modelos de transformação no aspecto universal de uma sociedade, transformações que reavaliam a Cultura e, ativamente, a conduzem pelas produções mais parelhas e elevadas que possam ser construídas. Porém, os elementos ideológicos particulares apenas se revelam como “significantes flutuantes”. Quando o construtivismo como ideologia investe em elementos decisivos para o exercício da educação, sem ponderar realmente sua natureza histórico-social, acaba por promover uma ideologia que, como nos traz Zizek, “desempenha um papel 'hegemônico' quando consegue investir nos elementos decisivos, mas em si 'neutros', de um dado campo ideológico.” (Ibidem, p. 24)

Seria essa uma referência à natureza obscura da realização profissional na educação quase nunca realizada? Na sociedade contemporânea, o indivíduo efetivamente não é um sujeito capaz de se realizar por meio de seus projetos existenciais; porém, essa “irrealização” ética e profissional já foi prevista pelo sistema neoliberal. Uma ideologia altamente revolucionária, mas crucificada pela inoperância dos ativos revolucionários, não pode encontrar escopo na atualidade, pois as forças discursivas impostas ao balizamento técnico e teórico do educador atravessam um turbilhão de contradições, ganhando forma de ideologia almejada, ao mesmo tempo em que estão à deriva e à mercê das forças alienantes. Ficam restritas as ações avaliativas em “mediatizar”, ou de “dialelizar” sua própria designação sócio-profissional, pois um espaço vazio e central é preenchido por aquilo que o objeto ideológico, alvo de uma contundente cooptação de teologias políticas, se interpõem indiscriminadamente.

Uma forte identificação horizontal entre os “adeptos” é reforçada continuamente por meio da colocação do mesmo objeto, seja ele um líder carismático, uma disciplina moral, um traço estético, ou uma condição de equivalência, que ocupa, desde então, um lugar definitivo no ideal de “eu” das pessoas. (DUNKER, *Portal Fórum*, 2016.)

Um posicionamento ideológico coletivo como este terá por característica manter aberto o sentido de seus significantes constitutivos, tais como “democracia”, “justiça” ou “igualdade”. O interesse desta distinção é que “coletivos formados em torno de transferências ou de demanda são grupos de baixa densidade identitária”. Ao passo que, como nos aponta Dunker (2016) “grupos que se definem por identidades são politicamente muito mais perigosos justamente porque a identidade é algo que precisa permanentemente ser resposta e confirmada”. Os professores constituídos ao redor do teor ideológico construtivista, por um lado, promovem-se na conveniência do dispositivo ideológico, atuando perante a estagnação Ética; por outro lado, a vivência de identidades produtivas e autônomas certamente demandaria do educador uma maleabilidade de todas as opções teóricas e comportamentais, bem como inata capacidade de acessar repertórios controversos, e de atuar na transmissão destes repertórios aos alunos, sem qualquer fixação insalubre pautada na facilidade de compromissos a um dado coletivo ou ideológico estipulado previamente.

Grupos de identificação, também chamados por Freud de “paróquias” tendem ao efeito entrópico de autopurificação disciplinar. Quando só resta ao revolucionário “ser revolucionário” ele se afasta da transformação do mundo e começa a se esgueirar para a comparação com seu próximo em busca de saber quem é o “mais revolucionário”. E ainda confundirá crítica com denúncia. (Ibidem)

É assim que se criam formas de dualismo entre o ensino tradicional e o construtivista, entre esquerda e direita, entre centro e periferia, entre machismo e feminismo, entre brancos e negros, hetero e homossexuais. Como nos aponta Dunker (2016) é

a essencialização de si, moralização das escolhas de gosto, crítica permanente do desvio, purificação infinita da própria subjetividade, seleção contínua dos que podem e dos que não podem participar da grande imagem que define quem é “nós”, covardia na relação com a palavra própria, valentia segregatória. Esta é a contradição categórica entre universal e particular que promove uma incessante concorrência imaginária, em que o indivíduo tramita suas crenças, fantasias e ideologias diante a instância de arquétipo de sujeitos alienados ao qual ele é exigido a pertencer. (Ibidem)

É preciso propor estratégias que interrompam as ordens superiores, ordens que formam sujeitos, enquadram os comportamentos, identificam e selecionam os indivíduos, enaltecem-nos para reagirem ao montante de opções de uma sociedade consumidora e

insalubre. O educador será capaz de vislumbrar, por fim, uma nova característica de suas funções, cuja pertinência residirá na captura e no abate de propostas de significantes alienantes (característicos dos códigos digitais de informação voltados ao Capitalismo), da propriedade fetichista (alunos em prol da valorização de sua própria imagem e identidade) e do fundamento ideológico fantasiado (operante em si mesmo). Se uma das partes não se despir dos véus de castração subjetiva, não haverá qualquer atuação política capaz de sanar as derrotas recorrentes no universo escolar. Nesse canal de propagação de objetos ideológicos facilmente aspiráveis a uma sociedade obtusa e a modos de produção e consumo pouco democráticos e justos, conduzem-se os educadores a instalarem seus preceitos éticos em grupos que se definem por identidades impostas pelo aparelho e controle estatal, bem como, nas implicações que esse aparelho exerce sobre a construção do universo acadêmico. O objetivo principal não é mais o de descobrir, mas o de recusar o que somos. Devemos promover novas formas de subjetividade, refutando o tipo de individualidade que nos foi imposta.

4. REFERÊNCIAS

GIORGIO, Agamben. O que é o contemporâneo?: e outros ensaios; tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009. 40 p.

DUNKER, C.I.L; PRADO, J.L.A (orgs). Zizek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo. tradução Sieni Campos, Maria Cristina Mariana. São Paulo: Hacker, 2005.

DUNKER, C.I.L. Políticas de identidade e a busca de um novo modelo de crítica. Disponível em: < <http://www.revistaforum.com.br/2016/02/17/christian-dunker-politicas-de-identidade-e-a-busca-de-um-novo-modelo-de-critica/> > Acesso em: 03 mar. 2016.

JUNIOR, D.M.A; VEIGA-NETO, A; FILHO, A.S. orgs. Cartografias de Foucault. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

ZIZEK, Slavoj. Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge ahar, 1992.

Revista Contemporânea: Revista Unitoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 02, n. 01, p. 62-73, out/dez. 2017.